

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.346, DE 2015

Tipifica a discriminação aos doentes de câncer.

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado MARCELO FREIXO

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 1.346/2015, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, destinado a tipificar como crime a discriminação aos doentes de câncer.

Apresentado em 04/05/2015, o PL nº 1.346/15 foi distribuído, no dia 26 do mesmo mês, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD), proposição Sujeita à Apreciação do Plenário.

Tendo sido designado Relator em 02/07/2019, cumprimos o honroso dever nesta oportunidade.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição sob análise tem o objetivo principal de tornar crime a discriminação aos doentes de câncer.

Preliminarmente, quanto à constitucionalidade, a matéria é atribuída à União no âmbito da competência legislativa privativa, consoante o disposto no art. 22, I, da Constituição Federal. Ademais, a matéria regulamentada, não encontra incompatibilidade entre a proposição e os princípios e regras que emanam do Texto Constitucional ou da legislação infraconstitucional, de onde decorrem a constitucionalidade material e a juridicidade de suas disposições.

No entanto, no que tange à técnica legislativa, observamos que os preceitos contidos no art. 5º e no art. 7º, ambos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, deixaram de ser observados, uma vez que o projeto não trouxe na ementa e no art. 1º a informação de que estava alterando uma lei já em vigor. Por essas razões, apresentamos, ao final, o Substitutivo de Técnica Legislativa.

No que diz respeito ao mérito, argui o Deputado Autor que a discriminação sofrida pelas pessoas vivendo com HIV/Aids, que foi criminalizada na Lei nº 12.984/2014, é a mesma sofrida pelas pessoas com câncer, que igualmente podem ter seus direitos básicos negados por preconceito ou ignorância. Portanto, segundo o Dep. Carlos Bezerra, trata-se de “medida humanitária e que visa aperfeiçoar a legislação penal”.

Destaca-se que, atualmente, o termo adotado pelas entidades da sociedade civil que atuam nesta pauta, e até pelo Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, do Ministério da Saúde, não é mais “portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids”, e sim, “pessoas vivendo com HIV/Aids”. Desta forma, apresentamos, o seguinte Substitutivo de Técnica Legislativa para adequar a terminologia utilizada.

SUBSTITUTIVO DE TÉCNICA LEGISLATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 1.346, DE 2015.

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera a Lei nº 12.984, de 02 de junho de 2014, na forma que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.984, de 02 de junho de 2014.

Art. 2º A Ementa da Lei nº 12.984 de 02 de junho de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Define o crime de discriminação da pessoa vivendo com HIV/Aids e da pessoa com câncer.” (NR)

Art. 3º O Art. 1º da Lei nº 12.984, de 02 de junho de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Constitui crime punível com reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, as seguintes condutas discriminatórias contra a pessoa vivendo com HIV/Aids e contra a pessoa com câncer, em razão da sua condição de saúde:

I - recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno em creche ou estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado;

II - negar emprego ou trabalho;

III - exonerar ou demitir de seu cargo ou emprego;

IV - segregar no ambiente de trabalho ou escolar;

V - divulgar a condição da pessoa vivendo com HIV/Aids e da pessoa com câncer como intuito de ofender-lhe a dignidade;

VI - recusar ou retardar atendimento de saúde.” (NR)

Art.4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tendo em vista o acima exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, com substitutivo de técnica legislativa e, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.346/15.

Sala da Comissão, em 05 de setembro de 2019.

Deputado MARCELO FREIXO

Relator